



RELATÓRIO

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A INICIATIVA DE BIOECONOMIA NO G20 - GIB

Palácio do Itamaraty – Brasília

18 DE MARÇO DE 2024

2024 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

Aviso Legal

Esta publicação foi elaborada com base nos resultados do Seminário Nacional Preparatório para as reuniões da Iniciativa Global do G-20 em Bioeconomia (GIB), realizado no dia 18 de março de 2024 no Palácio do Itamaraty, Brasília. Os resultados, as interpretações, as recomendações, as estimativas e as conclusões expressas neste estudo foram compiladas e cuidadosamente revisadas pela relatora. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou o(s) autor(es) não podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste estudo. Este documento e suas informações não refletem a opinião do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima de outros órgãos do governo participantes e consultados para elaboração deste relatório. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima se exime da responsabilidade de implementar quaisquer dos resultados, interpretações, recomendações, estimativas ou conclusões contidas neste estudo.

Facilitadora

Tatiana Espíndola

Relatora

Léa Beatriz Araújo

Coordenação técnica

Susan Edda Seehusen

Supporte técnico

Bruna De Vita Silva Santos

Carolina Clemente

Ébida Santos

Marcio Selva

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – TEEB.

Reunião preparatória para a Iniciativa de Bioeconomia o G20 – GIB

Bioeconomia como propulsora do
desenvolvimento sustentável

Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Ministério das Relações Exteriores

Sumário

1.	Apresentação.....	5
2.	Roteiro Metodológico.....	7
	Objetivos	7
	Dinâmica da Oficina.....	7
3.	Produtos da Oficina	9
	Painel Inaugural: "A Bioeconomia, a GIB e o Interesse Nacional"	9
	Painel II: "As Duas Primeiras Reuniões Preparatórias para a GIB e a GIB no Planejamento Econômico Brasileiro!	11
	Seminários preparatórios para a Iniciativa do G20 em Bioeconomia – Resultados preliminares.....	11
	Plano de Transformação Ecológica e a bioeconomia - Desenvolvimento inclusivo e sustentável frente à crise climática	13
	Apresentação do estudo: "Balanço de Estratégias e Práticas em Bioeconomia no G21"	14
	Momento aberto para colaborações e dúvidas.....	15
	Painel III: "Consolidando a posição internacional do Brasil sobre Bioeconomia e identificando linhas de Interesse Nacional na GIB"	16
	Painel IV: "Planejamento da GIB II (reunião de Brasília, em 7-9/5), GIB III (reunião de Manaus, em 17-19/6) e GIB IV (reunião do Rio de Janeiro, em 9-10/9)"	21
4.	Considerações finais e encerramento	23
	Anexo A – Lista de Participantes	24
	Anexo B – Registros Fotográficos.....	26

1. Apresentação

O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum de cooperação econômica internacional e, inicialmente, concentrava-se em questões macroeconômicas gerais, posteriormente, expandiu sua agenda para incluir temas como o comércio, desenvolvimento sustentável, saúde, agricultura, energia, meio ambiente, mudanças climáticas e combate à corrupção. O G20 funciona com presidências rotativas anuais e, neste ano, o Brasil exerce essa liderança sendo responsável por organizar reuniões técnicas e conferências ministeriais que culminarão na 19ª Cúpula do G20 a ser realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 no Rio de Janeiro. Esse evento contará com os países-membros do grupo, com países convidados e com organizações convidadas.

Como países-membros estão 19 países dos cinco continentes, a União Africana (recém-admitida) e a União Europeia que juntos respondem por cerca de 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e 2/3 da população mundial.

O G20 está organizado em duas trilhas principais: trilha de *sherpas* e trilha de finanças e, como uma inovação trazida pela presidência brasileira, contará com um espaço de participação e contribuição da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas à cúpula, o G20 Social.

Com isso, dentro da iniciativa transversal de bioeconomia no G20, se organizou três reuniões preparatórias que visam potencializar a atuação do Brasil e trazer direcionamentos mais assertivos a respeito desse tema para a construção de um mundo mais justo e um planeta sustentável dentro das prioridades já definidas que são: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transições energéticas e promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e reforma das instituições de governança global.

As reuniões preparatórias para a iniciativa de bioeconomia, coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Itamaraty, estão organizadas da seguinte forma:

1. Dia 7 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministérios de Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o tema: a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia.
2. Dia 29 de fevereiro de 2024, coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre o tema: o papel da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional para uma bioeconomia sustentável.
3. Dia , coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, reunião sobre o tema: Bioeconomia como propulsora do desenvolvimento sustentável.

As consultas embasarão os debates oficiais da Iniciativa Global de Bioeconomia, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que visa elaborar princípios de alto nível capazes de guiar o debate internacional sobre bioeconomia em espaços como as COPs do clima, da biodiversidade e da desertificação.

Esta terceira reunião preparatória para a Iniciativa de Bioeconomia no G20 – GIB, foi realizada no dia 18 de março de 2024, na sala San Tiago Dantas no Palácio do Itamaraty em Brasília. Esse encontro foi promovido para apresentar os resultados das primeiras Reuniões Preparatórias para a GIB e as perspectivas para a GIB no planejamento econômico brasileiro e para finalizar o processo de

coordenação nacional e formação de posição internacional sobre o tema, de modo a subsidiar a presidência do País do G20 na área.

As informações gerais do evento e o registro da produção dos participantes estão documentadas neste relatório.

2. Roteiro Metodológico

Objetivos

- Apresentar resultados das duas primeiras Reuniões Preparatórias para a GIB e as perspectivas para a GIB no planejamento econômico brasileiro.
- Finalizar o processo de coordenação nacional e formação de posição internacional sobre o tema, de modo a subsidiar a presidência do País do G20 na área.

Dinâmica da Oficina

Os principais momentos da reunião foram:

- **Painel inaugural “A Bioeconomia, a GIB e o Interesse Nacional”** composto por Vicente Araújo - Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, Guilherme Santos Mello - Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, Carina Pimenta - Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e Márcia Barbosa - Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- **Painéis sobre “Caminhos para a Bioeconomia no Contexto do G-20 – Principais Resultados dos Seminários Preparatórios para a GIB” e a GIB no planejamento Econômico Brasileiro**, realizado por Susan Edda Seehusen - Consultora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que apresentou “Seminários preparatórios para a Iniciativa do G20 em Bioeconomia – Resultados preliminares”, e por Cristina Reis - Subsecretária de Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda, que apresentou “Plano de Transformação Ecológica e a bioeconomia – Desenvolvimento inclusivo e sustentável frente à crise climática”;
- **Apresentação do estudo “Balanço de Estratégias e Práticas em Bioeconomia no G21”**, produzido pelo Grupo de Apoio à GIB e realizada por Marcelo Furtado – Nature Finance e Annelise Verdramini - Fundação Getúlio Vargas;

E, no período da tarde, sessões destinadas, apenas, a representantes do governo:

- **Painel III: “Consolidando a posição internacional do Brasil sobre Bioeconomia e identificando linhas de Interesse Nacional na GIB”**, momento em que todos os representantes puderam trazer suas considerações guiados pelas seguintes perguntas enviadas previamente a todos os convidados:
 - ◆ Quais deveriam ser as prioridades do Brasil para a GIB?
 - ◆ Quais subsetores da bioeconomia são de maior interesse para o Brasil e devem figurar na GIB?
 - ◆ Quais potenciais parceiros, nacionais ou internacionais, governamentais ou não-governamentais, poderiam contribuir para a GIB?
 - ◆ Quais aspectos ou setores específicos da bioeconomia brasileira deveriam ser expostos aos demais países durante as reuniões presenciais da GIB em Brasília (7-9/5), Manaus (17/19/6) e RJ (9-10/9)?
 - ◆ Quais riscos este ministério vislumbra na Bioeconomia, em geral, e a GIB, em particular, para o Interesse Nacional e para o futuro da humanidade?

- **Painel IV:** “Planejamento da GIB II (reunião de Brasília, em 7-9/5), GIB III (reunião de Manaus, em 17-19/6) e GIB IV (reunião do Rio de Janeiro, em 9-10/9)”, momento em que todos puderam opinar sobre os temas a serem tratados nas agendas das três reuniões;
- **Considerações finais e encerramento.**

3. Produtos da Oficina

Painel Inaugural: “A Bioeconomia, a GIB e o Interesse Nacional”

Vicente Araújo

Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Vicente Araújo deu bom dia a todos e a todas e explicou que esta era a terceira reunião preparatória para a iniciativa de bioeconomia do G20, sendo a primeira coordenada pelo Ministérios de Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o tema “a importância do uso sustentável da biodiversidade para a bioeconomia”, a segunda coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre o tema “o papel da ciência, da tecnologia, da inovação e do conhecimento tradicional para uma bioeconomia sustentável” e esta, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, que reuniu todo o material produzido nas reuniões anteriores, promoveu diálogos sobre temas mais e menos sensíveis e definiu assuntos prioritários a serem levados aos diálogos oficiais da Iniciativa Global de Bioeconomia.

A bioeconomia é um tema que tem gerado muito interesse, que contribui com as soluções para lidar com o desafio das mudanças climáticas e que terá um papel central na COP30. Para verificar a receptividade a respeito do tema, foram realizados diversos encontros bilaterais com reações, em sua maioria, positivas.

Uma característica relevante e diferenciada em relação à proposta das reuniões de bioeconomia é que 80% do tempo será destinado ao diálogo e, por isso, a importância de se definir os assuntos prioritários a serem tratados em cada uma das reuniões e, dentro desses assuntos, definir qual a melhor abordagem e pontos de atenção. Vicente citou alguns exemplos, como: a economia circular, que é um conceito que se confunde com bioeconomia para alguns países; a juventude e questões demográficas, que precisa ser discutida pelas lentes também de países como a África que está com um crescimento acelerado; o papel da bioeconomia na regeneração de áreas, seja para áreas desmatadas, industriais ou contaminadas; entre outros. E destacou o entendimento de que não existe uma solução que funciona para todos os países.

Outra característica relevante relacionada à diversidade presente no contexto desse tema é a representação bastante variada com ministérios da agricultura, ministérios da fazenda, conselho de ministros do parlamento, conselho de segurança nacional entre outros.

Márcia Barbosa

Secretária de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) Márcia cumprimentou a todos e todas e iniciou sua fala fortalecendo a necessidade de definir princípios amplos que delimitem o tema e, para ilustrar, mostrou uma nuvem de palavras sobre a bioeconomia. Em seguida, destacou alguns princípios considerados importantes para o MCTI, como a circularidade, o clima e a sustentabilidade, o trabalho com os povos indígenas e comunidades tradicionais, a agricultura e energia, a biodiversidade e a formação e cooperação internacional. E reforçou a importância de se trazer aliados e aliadas para avançar nas ações relacionadas à bioeconomia.

Sobre as ações futuras do MCTI, destacou a ciência e tecnologia para biorrefinarias, sistemas de produção integrados e sustentáveis, alimentos do futuro MCTI e química renovável. E destacou que para expandir as biorrefinarias é necessário estimular a agricultura com incentivos no setor bancário em relação aos bioinsumos.

Além disso, a ciência e tecnologia tem muito a contribuir, seja na melhoria da infraestrutura de comunidades que possuem produtos diferenciados, que usam a biodiversidade brasileira como o açaí e o urucuri, ou na realização de estudos sobre biologia sintética, como o relacionado à enzima da capivara que é capaz de digerir a celulose. E, nesse último caso, destacou a importância de o Brasil trabalhar de forma colaborativa com parcerias internacionais compondo as soluções e não como espectador.

Carina Pimenta

Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA)

Ao iniciar, Carina deu bom dia a todos os presentes e falou sobre a diversidade de temas relacionados à bioeconomia, sobre as diversas bioeconomias e sobre a riqueza presente nos diálogos realizados até o momento. Acrescentou que todo o conhecimento adquirido para embasar a atuação no G20 servirá também para os diálogos internos.

O uso sustentável da biodiversidade, que foi o tema escolhido para guiar os diálogos sobre bioeconomia, trouxe outros temas como biocombustíveis e valorização do capital natural e sociocultural associados. Também ressaltou que a bioeconomia será um tema central dentro do CBD (*Convention on Biological Diversity*) e do *Global Biodiversity Framework* e que, como tema transversal, aproxima diversas agendas em torno de uma transição econômica.

Citou como indissociável a regulação em torno do uso da biodiversidade para trabalhar as diferentes esferas relacionadas ao tema, principalmente, para que o Brasil esteja envolvido diretamente no desenvolvimento de soluções a partir da sua biodiversidade. Outros assuntos relevantes levantados foram a perda de biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados a esse processo.

Uma vez acordados os princípios da bioeconomia, será possível enriquecer os dados e informações para conseguir enxergar o funcionamento da bioeconomia dentro da matriz econômica do país e, nesse ponto, a troca de experiências será fundamental.

Ao final, mostrou sua satisfação com os diálogos promovidos para essa construção conjunta de ideias que fazem parte da bioeconomia.

Vicente reforçou a importância de se pensar em uma bioeconomia que não represente prejuízo ao patrimônio genético.

Guilherme Santos Mello

Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda (MFAZ)

Guilherme expressou o prazer de estar no evento discutindo um tema tão interessante e relevante. O tema bioeconomia faz parte dos eixos estruturantes da Transformação Ecológica que está relacionada à soberania tecnológica, produtiva, energética e alimentar. Este é um tema central para o Brasil e é raro que os ministérios das finanças, de uma forma global, tratem a transformação ecológica como uma alavancas para o processo de desenvolvimento, mas esse governo tem fortalecido esse olhar.

Atualmente, o maior desafio é trazer para o âmbito dos investimentos rentáveis e sustentáveis a bioeconomia junto com a economia circular, a gestão da biodiversidade, a geração de energia limpa e outros temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. É necessário um novo modelo de globalização que considere o retorno econômico, social e ambiental.

Falou, também, da importância de se ter um arcabouço no campo financeiro e regulatório para avançar nos diálogos sobre a transformação ecológica e bioeconomia e ressaltou a importância da participação da sociedade civil trazendo os diferentes interesses e visões.

O Brasil é um país de muitas riquezas e pode-se aproveitar o momento para explorar adequadamente o potencial brasileiro em bioeconomia e biodiversidade com inclusão social, distribuição de renda, preservação do meio ambiente e potencial inovativo. Este é um campo estratégico para o desenvolvimento nacional.

Painel II: “As Duas Primeiras Reuniões Preparatórias para a GIB e a GIB no Planejamento Econômico Brasileiro!

Caminhos para a bioeconomia no marco do G-20 - Resultados dos Seminários Preparatórios para a Iniciativa do G20 em Bioeconomia

Susan Edda Seehusen

Consultora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Ocorreram diversas reuniões e seminários preparatórios para a iniciativa da bioeconomia no G20, nesses eventos houve um amplo processo de escuta junto à sociedade civil, academia, empresas e governo e, como um dos resultados, obteve-se o levantamento dos principais desafios e propostas que seriam importantes de serem abordadas a nível internacional.

O Brasil possui uma mega diversidade e heterogeneidade espacial, de recursos, socioambiental e cultural, é um dos líderes em termos de produção de recursos de base renovável e possui um alto potencial de desenvolvimento de produtos tecnológicos baseados em biodiversidade.

As sugestões que tiveram maior destaque foram:

- Garantir que a bioeconomia seja ambientalmente sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e o alcance de objetivos climáticos.
- Fortalecer, valorizar e garantir os direitos de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais.
- Repartir os benefícios da biodiversidade e do conhecimento tradicional de maneira justa entre e intra países.
- Avançar no marco regulatório e institucional internacional.
- Promover a ciência, tecnologia e inovação para criar produtos e processos e agregar valor aos produtos da bioeconomia.
- Impulsionar a definição e os princípios de alto nível da bioeconomia.
- Implementar mecanismos de financiamento inovadores para fomentar o desenvolvimento tecnológico, criar produto e negócios e valorizar os serviços ambientais gerados com a bioeconomia.
- Garantir o acesso a mercados e a redução de barreiras não tarifárias.
- Gerar oportunidades de empregos e renda.

Susan também destacou diversos desafios e recomendações para o G20, como: a problemática de não ter uma definição ou alinhamento em relação ao conceito de bioeconomia dentro do assunto marco regulatório internacional; a competitividade e os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (PIPCTs) na bioeconomia dentro do assunto cadeias produtivas da sociobioeconomia; a dependência externa de insumos, o alto risco envolvido nas rotas tecnológicas de desenvolvimento, a necessidade de fortalecer os institutos de pesquisa e promover a cooperação internacional dentro do assunto ciência, tecnologia e inovação; a questão fitossanitária que impede o acesso dos produtos brasileiros a mercados internacionais e questões delicadas relacionadas aos biocombustíveis dentro do assunto acesso a mercados e barreiras não tarifárias; o impacto que a falta de uma harmonização regulatória internacional pode gerar na competitividade internacional dentro do assunto repartição de benefícios do uso da biodiversidade e do conhecimento tradicional; a criação e implementação de fundo, capacitar as comunidades para que tenham acesso a recursos e a valorização da bioeconomia e dos serviços ambientais dentro do assunto financiamento da bioeconomia.

Finalizou com um resumo das recomendações para o G20 no âmbito social, ambiental e econômico e destacando como atuações transversais impulsionar a ciência e tecnologia para a bioeconomia, promover financiamento adequado e ampliar a cooperação internacional.

	Sociais	Ambientais	Econômicos
Recomendações para o G20			
Impulsionar a ciência e tecnologia para a bioeconomia			
Promover financiamento adequado			
Ampliar a cooperação internacional			

Plano de Transformação Ecológica e a bioeconomia - Desenvolvimento inclusivo e sustentável frente à crise climática

Cristina Reis

Subsecretária de Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda (MFAZ)

Ressaltou o momento difícil em relação à mudança do clima e o momento crucial para fazer um Plano de Transformação Ecológica que dialogue sobre isso em nível territorial, nacional e internacional na intenção de encontrar os melhores caminhos.

Cristina trouxe uma análise de economia política mundial onde destacou a competição entre Estados, a competição entre empresas e a relação entre estes e os trabalhadores e trabalhadoras. As firmas visam o poder de monopólio e a busca por lucros extraordinários (lógica capitalista) e essa lógica afeta, principalmente, os Estados centrais, que buscam dar condições para que essas grandes transnacionais cresçam, mesmo que atuem de forma insatisfatória com as questões sociais trabalhistas. Esse sistema precisa do conflito e da competição para se reinventar.

Portanto, seguindo essa leitura geopolítica, nesse momento em que temos uma crise climática, é preciso tomar cuidado para que as novas tecnologias geradas não favoreçam a centralização e concentração de capital. É necessário que aconteça uma mudança cultural para que a lógica de mercado não seja, apenas, a acumulação de lucro, ou seja, passar a precisar os bens a partir do que queremos valorizar. E isso está diretamente ligado à escolha dos princípios que farão a bioeconomia prosperar.

Além disso, trouxe reflexões a respeito de uma cooperação estratégica e recíproca para que as concessões não sejam feitas apenas pelos países do sul, que se tenha, por exemplo, a derrubada de patentes.



E finalizou destacando a importância de buscar soluções que cheguem nos eixos da transformação ecológica, e que incluam aspectos relacionados a território, uso sustentável da biodiversidade, colaborações tecnológicas, mecanismos financeiros fomentadores e desconcentradores e como operar o compartilhamento de benefícios.

Apresentação do estudo: “Balanço de Estratégias e Práticas em Bioeconomia no G21”

Marcelo Furtado - Nature Finance

Annelise Verdramini - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Em nome do Grupo de Apoio à GIB

O Grupo de Apoio à GIB é um conjunto de instituições que uniram esforços para produzir insumos para auxiliar o governo brasileiro a preparar a Iniciativa do G20 para a Bioeconomia. O Grupo é constituído pelas seguintes organizações: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Nature Finance, Concertação pela Amazônia, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Arapyaú, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Coalizão Brasileira pelo Clima, Florestas e Agricultura, Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), CDP América Latina, Instituto Clima e Sociedade (ICS), Climate Policy Initiative (CPI), Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto Igarapé, Insper Agro Global, Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Natura & Co, The Nature Conservancy (TNC). As instituições estão fazendo esse trabalho de forma voluntária para contribuir com essa iniciativa: Amazon Conservation.

O grupo fez uma ampla pesquisa sobre as informações disponíveis e abordagem da bioeconomia nos países integrantes do G20, realizaram várias reuniões para levantar as convergências e entendem que, após essa atuação do Brasil no G20, a visão de bioeconomia passará a ser fundamental dentro das discussões sobre economia, pois **não existe economia sem natureza**.

A futura bioeconomia global deve proporcionar resultados econômicos equitativos e outros resultados positivos, ser regenerativa da biodiversidade, apoiar ações climáticas e sustentar a transição mais ampla da economia real em direção ao desenvolvimento sustentável. E, alinhados a esses princípios, foi produzido um documento com exemplos e descrições sobre a abordagem que cada país tem dado ao tema bioeconomia. Aproveitou o momento para deixar como sugestão, que agregassem as informações do paper produzido às demais que estão sendo produzidas internamente em um documento a ser disponibilizado para os países do G20 antecipadamente de forma a enriquecer os diálogos.

Também deixou claro que a natureza faz parte da solução e essa nova visão sobre economia deve ser positiva para o clima, para a natureza e para as pessoas.

Os temas emergentes encontrados foram: métricas para a bioeconomia; integração da bioeconomia em planos econômicos, industriais e de crescimento verde; meios de subsistência e equidade; facilitar o “biotrade”; e finanças para a bioeconomia.

Annelise informou que o paper foi construído de maneira colaborativa, abrangente e não exaustiva, a partir de informações públicas sobre bioeconomia e faz uma descrição preliminar de como os membros do G20 discutem a bioeconomia nacional e/ou regionalmente de forma a contribuir com a aprendizagem e o engajamento, possibilitar iniciativas e aumentar a cooperação em áreas de interesse comum dos países membros do G20.

Foram identificados 3 eixos temáticos: biotecnologia, que trata de inovação e escala comercial; recursos biológicos, relacionado a cadeias de valor baseadas em biomassa; e bioecologia, que aborda questões de saúde e sustentabilidade dos ecossistemas.

Destacou a relação direta entre bioeconomia e biodiversidade e a importância de trazer as populações mais vulneráveis, como pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais para os diálogos a respeito do tema e realizar a integração com o avanço tecnológico.

Existem diferentes conjuntos de facilitadores de políticas para bioeconomia, como políticas agrícolas e voltadas ao uso da terra, bioenergia, subsídios e incentivos fiscais, políticas de compras públicas verdes, mecanismos de precificação de carbono e política comercial. E muitos países têm integrado políticas de bioeconomia em estratégias industriais e planos de crescimento verde.

A bioeconomia pode ser motor para o desenvolvimento sustentável pois permite abordar desigualdades, criação de empregos em áreas rurais, capacitação de comunidades vulneráveis, além de impulsionar o crescimento econômico e promover a eficiência de recursos.

Momento aberto para colaborações e dúvidas

Julia Mascarello (MFAZ) parabenizou o ministério pela iniciativa e sugeriu aproveitar o modelo dessa iniciativa para solicitar desses atores uma outra forma de interação, por exemplo, uma plataforma interativa onde os países pudessem complementar as informações e acessar todo o conteúdo. Os países poderiam, inclusive, trazer suas questões, riscos, experiências e soluções para ser possível aproveitar os exemplos um dos outros.

Vicente Araújo (MRE) informou que estão atentos a esse ponto de trazer exemplos e, também, alertas para que o Brasil influencie o mundo e não o contrário, para não repetir tendências políticas que não sejam interessantes para o país, e para garantir que a pluralidade aconteça no diálogo sobre bioeconomia.

Marcelo Furtado (Nature Finance) complementou informando sobre diversos instrumentos que estão sendo desenhados por instituições não governamentais como biocréditos, mudança de precificação, qualidade de crédito entre outras e que ainda não são visíveis.

Juliana Lopes (CEBDS) comentou sobre a possibilidade de um transbordamento dos princípios de alto nível para influenciar outras negociações e construir uma convergência de posição dos países ricos em natureza.

Vicente Araújo (MRE) esclareceu que a ideia é que esses princípios sejam uma base para financiamentos, projetos etc. E alertou sobre a preferência da iniciativa do G20 influenciar aquelas instituições que possuem uma visão mais restrita e não o inverso. Os princípios precisam, primeiramente, conversar com o mundo real para depois serem levados aos fóruns.

Rafael Feltran-Barbieri (WRI Brasil) alertou para a importância de ter um conceito abrangente, mas atentos para isso não reforçar algumas marginalizações existentes no Brasil, para que a riqueza natural não seja submetida à tecnocracia.

Vicente Araújo (MRE) esclareceu que estão atentos a isso, inclusive, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) foi envolvido para garantir essa participação.

Marcelo Furtado (Nature Finance) complementou trazendo, também, as comunidades extrativistas e informou que ainda existe muito a ser incorporado e, por isso, o esforço de construir algo que traga uma transformação real sem inviabilizar o acordo guarda-chuva. Esse documento é 20% papel e 80% ação, sendo que essas ações são as possíveis de serem realizadas pelo grupo do G20. O mundo não vai se resolver sem que a natureza entre na economia e o Brasil tem contribuído para um mundo melhor, mais positivo para o clima, a natureza e as pessoas.

Ao final **Vicente Araújo** (MRE) fez referência à memória de Daniel Fonseca como um profissional competente e dedicação à agenda da sustentabilidade cuja força continua atuante na lembrança. Agradeceu a presença de todos e encerrou a parte aberta do evento, o período da tarde foi aberto apenas à esfera governamental.

Painel III: “Consolidando a posição internacional do Brasil sobre Bioeconomia e identificando linhas de Interesse Nacional na GIB”

Sessão fechada – governamental.

Embaixador André Correa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, agradeceu a presença de todos e expressou a sua gratidão por estar junto a vários representantes governamentais para dialogar sobre os próximos passos das reuniões relacionadas à iniciativa de bioeconomia do G20. Esse tema tem provocado imenso interesse e exige uma discussão mais ampla apesar do pouco tempo disponível. Estão planejadas 3 reuniões presenciais (Brasília, Manaus e Rio de Janeiro) para ouvir especialistas e ampliar os diálogos sobre o tema. Além disso, estão preparando um documento com esclarecimentos sobre a bioeconomia que será disponibilizado a todos os líderes. Também existem algumas preocupações a nível de governo a serem compartilhadas.

Vicente Araújo, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, agradeceu a presença e ressaltou a importância desse momento de análise das informações levantadas nas reuniões preparatórias, nas reuniões bilaterais e nas pesquisas. Orientou que neste primeiro momento o objetivo era responder às perguntas guias enviadas por e-mail, definir prioridades e levantar os temas mais complexos, para, posteriormente, ser possível identificar os interlocutores a serem chamados e as agendas.

Em seguida, projetou-se no painel a proposta das reuniões.

Brasília, DF 7 a 9 de maio de 2024	Manaus, AM 17 a 19 de junho de 2024	Rio de Janeiro 9 a 10 de setembro de 2024
<ul style="list-style-type: none">• Bioenergia.• Biomanufatura.• Agricultura e Sistemas Alimentares.• Bioeconomia e a Revolução Digital.• Biorrefinarias.• Nanobiotecnologia e Engenharia Genética para a Bioeconomia.• Conhecimento Tradicional.• Bioeconomia e Saúde.	<ul style="list-style-type: none">• Regeneração.• Blue Economy.• Uso Sustentável da Biodiversidade.• Desafios Éticos.• Aquicultura.• Bioeconomia de pequena escala, incluindo agricultura familiar e PANCs.• Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.• Repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos.	<ul style="list-style-type: none">• Comércio Internacional.• Financiamento.• Padrões Sustentáveis de Consumo e Produção, incluindo economia circular.• Cidades e Bioconstrução.

A reunião de Brasília abordando principalmente questões relacionadas ao primeiro eixo temático: Ciência e Tecnologia e conhecimento tradicional.

A segunda reunião, sediada em Manaus, abordando o tema da regeneração de áreas que eram primárias e foram desmatadas e áreas que sofreram algum tipo de contaminação e da aquicultura, que foi uma demanda do Ministério da Pesca e tem sido abordada por outros países.

A terceira reunião, a ser realizada no Rio de Janeiro, abordando reflexões mais estruturantes em relação à bioeconomia.

Ao abrir o momento para as contribuições dos presentes, **Vicente Araujo** informou que entendem a iniciativa em bioeconomia como a construção de um entendimento comum e que cada reunião representa um passo na construção desse entendimento. Portanto, além da visão brasileira sobre o tema, é importante que os outros países se sintam representados. A expectativa é chegar nesse entendimento comum até o dia 9 de setembro.

André Correa do Lago (MRE) complementou informando sobre a necessidade de identificar as palavras incontornáveis desse documento e que o Brasil se aproveitará da autoridade para guiar esse entendimento sobre bioeconomia trazendo, por exemplo, reflexões sobre a repartição dos benefícios.

Julia Mascarello (MFAZ) trouxe a questão econômica da bioeconomia e a atenção a maneiras de agregar valor às cadeias produtivas. E sugeriu que alguns temas, como financiamento, padrões de consumo e produção e capacitações fossem tratados como temas transversais.

André Correa do Lago (MRE) trouxe a reflexão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que também poderiam ser colocados como temas transversais.

César Santos (MPA) perguntou como a iniciativa de bioeconomia dialoga com os outros grupos do G20, como o do combate à fome?

André Correa do Lago (MRE) esclareceu que esse alinhamento dos temas em comum está sendo coordenado junto aos demais grupos, como o de bioenergia que trata da transição energética. No entanto, devido à grande abrangência (existem 26 instâncias do G20), pode acontecer alguma incoerência e é valioso que todos colaborem com esse esforço ativo de alinhamento entre os grupos.

César Santos (MPA) afirmou que os temas que haviam sido colocados anteriormente aparecem de maneira clara. E perguntou sobre a possibilidade de termos uma nova indústria de refinarias, em escala menor e diferenciadas, pois entende ser importante pensar nas outras escalas e formas de atuar, visto que os agricultores estão desenhando seus bioproductos. Sobre a nanobiotecnologia e recursos genéticos (exóticas e nativas) ponderou se devem ser abordados como engenharia genética ou recursos genéticos.

Carina Pimenta (MMA) informou que a preferência era usar o termo mais amplo e unir em um mesmo eixo os assuntos relacionados como a biotecnologia e a biomassa. Sobre a terminologia, sugeriu usar recursos genéticos ou patrimônio genético.

César Santos (MPA) alertou ser interessante diferenciar o que é exótico do patrimônio genético, pois a rota e a forma de lidar são diferentes apesar de ambos lidarem com a base genética. Portanto deveriam refletir sobre a melhor maneira de abordar esses temas e sobre os riscos relacionados a essa abordagem. Fez um paralelo entre os desafios éticos e a inteligência artificial (que está dentro da revolução digital) e perguntou como isso está sendo abordado, dentro da bioeconomia, alertando para o fato de que o patrimônio genético pode ser facilmente replicável.

Sobre as mudanças climáticas, alertou para a necessidade de desenvolver sistemas alimentares adaptados, assunto que tangencia as questões das vulnerabilidades climáticas.

Sobre financiamento, reconheceu os avanços em relação à transição energética, mas destacou os riscos envolvidos.

André Correa do Lago (MRE) alertou para o cuidado em não parecer que a intenção é interferir nas negociações internacionais, pois o foco não é o que está sendo negociado dentro das convenções.

Vicente Araújo (MRE) sugeriu, para a segunda reunião, trazer um especialista para abordar os desafios éticos, os benefícios advindos do uso de recursos genéticos e povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O representante do **Ministério da Pesca e Aquicultura** sugeriu, para a reunião de Manaus, incluir a pesca além da aquicultura, pois é uma região que possui 95% de pesca artesanal com o sustento no beneficiamento do seu pescado. E esse é um assunto muito próximo ao uso sustentável da biodiversidade, povos indígenas e outros previstos para essa reunião.

Além disso, alegou que muitos subprodutos relacionados à pesca saem por biopirataria, parte para o continente asiático (fármacos), parte para o continente europeu (cosméticos). E este é um tema vinculado à economia azul, pois envolve um grupo de espécies que mexilhões, ostras, sururus que produzem importantes insumos para a indústria farmacêutica. E, dentro da pesca realizada no interior, principalmente na Amazônia, falta entender muito a respeito do uso dessa biodiversidade, conhecimento que tem saído “por baixo dos panos”.

Henry de Novion (Departamento de Patrimônio Genético do MMA) propôs trabalhar em blocos de princípios, ou seja, definir 3 blocos de princípios e encaixar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos eixos relacionados à economia, parte social e ambiental, e dialogar sobre os princípios fundamentais a partir dessas áreas.

André Correa do Lago (MRE) ponderou que dialogar sobre os princípios de forma separada não seria uma alternativa, mas que a estrutura dos encontros poderia ser alterada para ter os 3 elementos em todas as reuniões.

Vicente Araujo (MRE) esclareceu sobre a composição das reuniões: 2 dias dedicados à troca de experiências, ½ dia dedicado a visitas e experiências e ½ dia dedicado a negociações. Ou seja, haverá pouca negociação presencial e bastante virtual. E a reunião do Rio de Janeiro ficará com o diálogo sobre os temas mais estruturantes. O planejado é circular o primeiro documento informativo dia 5 de abril e ir reapresentando o documento de acordo com as reuniões para, ao final, chegar a um conjunto coeso de princípios.

André Correa do Lago (MRE) informou que poderiam repensar as divisões dos temas dentro das reuniões.

Carina Pimenta (MMA) sugeriu olhar a bioeconomia como uma matriz com setores transversais. Sugeriu agrupar os temas em assuntos que poderiam ser aprofundados em cada uma das questões com provocação para diferentes vertentes. Por exemplo, o Uso Sustentável da Biodiversidade que recai sobre vários outros assuntos e Princípios Éticos Sobre Uso da Biodiversidade que mergulha em vários outros temas. Ou seja, fazer algumas adequações e pequenas junções que indicassem setores chaves e escolher as temáticas que irrigam os princípios.

Cláudia Magalhães (MCTI) esclareceu que economia azul é um termo mais amplo que a bioeconomia azul. E sugeriu enfatizar a bioeconomia azul.

Julia Mascarello (MFAZ) sugeriu alocar os temas de forma que os países que não possuem tanta expertise em determinados assuntos consigam aproveitar as discussões. Uma opção seria tratar os biomas como unidades de análise nessas discussões de forma que desperte a capacidade de cada país e seu desenvolvimento.

André Correa do Lago (MRE) ressalta a particularidade dos diálogos sobre bioeconomia que em alguns países são discussões avançadíssimas a respeito da ciência e, em outros países, o foco é na produção e na biodiversidade, alguns destacam o conhecimento tradicional e dos povos indígenas e outros, apenas para os altos investimentos e alta tecnologia. E, por conta dessa característica, se torna necessário encontrar um formato que não exclua países e que não reforce a divisão de Norte e Sul. Além disso, pode-se pensar que, quando for uma presidência europeia, provavelmente, não se

abordará biorrefinaria, o que reforça a importância de aproveitar nossa presidência para dialogar sobre esse e outros temas.

Vicente Araújo (MRE) esclareceu sobre a necessidade de se definir as agendas das reuniões para depois identificar os possíveis interlocutores e afirmou que contraria com a colaboração de todos para essas escolhas.

Henry de Novion (MMA) alertou sobre o tema juventude, que é um tema transversal, mas que precisaria estar encaixado nos assuntos a serem abordados.

Thaissa Sousa (BNDES) destacou o tema sistemas de medições e padronização dos indicadores, também transversal, que precisaria ser encaixado.

Sobre Cidades e bioconstruções, existe o conceito de bioeconomia urbana, que é mais amplo e poderia ser usado.

Outro tema transversal que poderia ser usado para tratar dos setores, é a capacitação, a ser explorado no terceiro dia.

E sobre a transferência de tecnologia, que inclui descontaminação, poderíamos contar com experiências para resolver problemas existentes.

E aproveitou para acrescentar, também, o tema rastreabilidade.

Vicente Araújo (MRE) confirmou os temas levantados como recursos genéticos, a refletir como transversal, bioeconomia azul, medidas e indicadores, solução necessária, capacitação e conhecimento em tecnologia, juventude, aquicultura e pesca, rastreabilidade.

André Correa do Lago (MRE) alertou para a questão de a rastreabilidade ser importante inclusive para os biocombustíveis. E sugeriu o exercício particular de reclassificar um pouco os assuntos, avaliando quais categorias contribuem para uma solução mais concisa. E insistiu para que o G20 não fosse um exercício de construção de texto. A intenção é trabalhar de maneira inovadora, com o Brasil se mostrando unido na temática da bioeconomia, e com muito interesse de que os demais países também participem do processo.

Na questão da bioenergia, o Brasil tem interesse em ganhar um espaço de reconhecimento.

O Brasil possui todos os elementos necessários para consolidar a sua liderança nessa área de bioeconomia.

Paulo Afonso (MCTI) afirmou que estão coordenando o grupo técnico de pesquisa e inovação e o tema principal é a inovação aberta, o que está aliado à transferência tecnológica. Inclusive um dos temas é a inovação aberta com o foco em biocombustíveis e descarbonização. A complementaridade entre os grupos e temas poderá poupar esforços e somar conhecimento.

Henry de Novion (MMA) ressaltou que o tema de repartição de benefícios e recursos genéticos possui uma maior legislação internacional, e com isso a pauta seria o cumprimento dos acordos e da legislação. Contudo, poderia ser interessante expandir a discussão para a repartição de benefícios em bioeconomia de forma que contemplasse a transferência de tecnologias ou outros temas.

Vicente Araújo (MRE) propôs inverter o exercício e perguntou se sentem falta de alguma discussão que precisa ser colocada nessa pauta.

Julia Mascarello (MFAZ) sugeriu selecionar alguns temas base acompanhados de alguns temas transversais. Sugeriu a inclusão da questão de gênero. E, como temas transversais, trouxe sistemas de inovação, cadeias produtivas de valor, ética e transferência de tecnologia como colaboração internacional. Ao fim, perguntou como as florestas iriam aparecer?

André Correa do Lago (MRE), sobre a questão das florestas, uma pauta importante para o Brasil seria inverter a ideia negativa que cerca o tema, como desmatamento, para mostrar o quanto a inovação pode contribuir, como na restauração, por exemplo. Para a reunião de Manaus, mostrar exemplos de bioeconomia nas florestas tropicais, como os financiamentos para renovação de florestas. Mas com o cuidado de não adicionar tema demais.

Vicente Araújo (MRE) sugeriu encontrar sinergias para realizar o agrupamento, com a atenção para não esquecer nenhum dos valiosos temas que estão presentes, pois o conjunto temático precisa estar bem definido para, em seguida, definir como os temas se encaixam nas agendas da reunião.

(MAPA) destacou a inovação transversal e mostrou preocupação em relação às cadeias produtivas de valor, pois hoje existem oportunidades de conexões e colaborações abertas e o processo de trocas está facilitado. E aproveitou para sugerir a utilização de uma plataforma específica para essas cooperações, dentro de uma perspectiva mais ampla de ciência e inovação, com oportunidade, inclusive, de intercâmbio de conhecimento.

Thaissa Sousa (BNDES) destacou que o tema da escala é algo transversal a todos os países e, como representante do fundo Amazônia, sugeriu apresentar bons projetos, com escalabilidade de sucesso.

André Correa do Lago (MRE) complementou alegando que escala no G20 não seria um problema, pois não excluiria nenhum dos países.

Carina Pimenta (MMA) sugeriu um exercício em relação a mega temas.

Bioenergia, biomanufatura e biorrefinarias seriam concentrados em um mesmo bloco. Assim como agricultura e sistema alimentares, num mesmo bloco.

No segundo, ficaria a bioeconomia azul, com pesca e aquiculturas, poderia se chamar bioeconomia das águas, por exemplo. E separar o tema regeneração, parte de restauração florestal.

Um bloco da sociobioeconomia, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar (PIPCATAFs), que seria a economia dos povos, em pequena escala. E desafio ético ficaria como um tema transversal.

No último dia, os temas juventude e gênero conectado com microeconomia e turismo, que são temas que engajam a nova geração.

César Santos (MPA) sugeriu o termo bioeconomia aquática, pois azul se refere apenas à marinha.

O representante da Casa Civil alertou que não estava claro onde estariam os serviços ecossistêmicos, que fazem parte da economia. Afirmou que o tema é relevante porque os ecossistemas brasileiros prestam esse serviço em nível local, regional e global, mas não recebe o devido reconhecimento financeiro.

André Correa do Lago (MRE) esclareceu que esse tema foi escolhido para o grupo de trabalho sobre sustentabilidade ambiental e climática e que também se conecta à bioeconomia.

O representante do Ministério de Minas e Energia (MME – Área de Transição Energética) acrescenta, sobre a bioenergia, que o grupo de transição energética do G20 está procurando parcerias para mostrar científicamente a sustentabilidade e toda a experiência positiva e, o material que estão elaborando poderá ser aproveitado nos diálogos, pois será um arcabouço de informações sólidas e amostras muito concretas voltadas para a comprovação da sustentabilidade.

Em seguida, os temas foram reorganizados nas reuniões de Brasília, Manaus e Rio de Janeiro para serem reapresentados.

Painel IV: “Planejamento da GIB II (reunião de Brasília, em 7-9/5), GIB III (reunião de Manaus, em 17-19/6) e GIB IV (reunião do Rio de Janeiro, em 9-10/9)”

André Correa do Lago (MRE) informou que em cada reunião haverá apresentações sobre os temas específicos como provocação para o diálogo a respeito dos temas selecionados, por exemplo, ao abordar o tema floresta, trazer um exemplo de restauração florestal. O objetivo das apresentações é enriquecer os temas, sobretudo no que é brasileiro, como uma palestra sobre bioenergia e etanol, que são uma prioridade para o Brasil, que precisará ser muito bem elaborada. Mas será necessário limitar o número de subtemas.

Aproveitou para esclarecer que, com base no que foi conversado nessa reunião, o MRE devolveria aos participantes algumas ideias de intervenções para que pudessem opinar dando continuidade a essa construção conjunta. Também destacou como importante a dinâmica das reuniões para não serem cansativas, ou seja, caprichar para que as visitas de campo sejam realmente interessantes e que o conhecimento adquirido aqui já possa ser replicado em seus países.

Brasília, DF 7 a 9 de maio de 2024	Manaus, AM 17 a 19 de junho de 2024	Rio de Janeiro 9 a 10 de setembro de 2024
<ul style="list-style-type: none">• Biocombustível, biomanufatura e biorrefinarias.• Sistemas agroalimentares e agricultura.• Saúde e bem-estar.• Tecnologias convergentes (nano, bio e TICs) e Bioeconomia.• Conhecimento tradicional.	<ul style="list-style-type: none">• Bioeconomia azul (pesca e aquicultura).• Recuperação produtiva, sociobioeconomia, agricultura familiar, PICTAF• Desafios Éticos.• Serviços ecossistêmicos.	<ul style="list-style-type: none">• Comércio Internacional e financiamento.• Gênero, juventude, equidade.• Métricas e indicadores.• Bioeconomia urbana.• SCP, incluindo CE.• Ecossistema de inovação e empreendedorismo.

Carina Pimenta (MMA) apresentou a nova proposta, com o agrupamento de temas e divisão nas 3 reuniões. Destacou, na primeira reunião, os assuntos muito avançados e pensou em uma provocação no sentido de inovações realizadas a partir do conhecimento tradicional; na segunda, colocou a pesca e aquicultura como recursos aquáticos, mas informou que o nome precisa ser melhorado; e, na terceira, padrões sustentáveis de consumo, incluindo a economia circular.

Vicente Araujo reforçou que a prioridade era definir os tópicos a serem abordados.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sugeriu trocar o termo biocombustível, alegando que biocombustível não é, necessariamente, bioenergia. E solicitou que averiguassem se o conceito de biomanufatura abrange o que se deseja.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviço perguntou quais seriam os modelos de biorrefinarias abordados, se seriam os voltados para a grande indústria ou a pequenas indústrias.

Nelson (?) O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sugeriu acrescentar o nome biocombustível.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviço solicitou esclarecimento sobre onde entrariam os seguintes temas: bioeconomia circular, recuperação produtiva, regeneração e uso do solo.

César Santos (MPA) alertou que ao usar o termo bioeconomia azul muitos países não se enxergariam. Sugeriu trocar para povos das águas ou bioeconomia e territorialidade ou bioeconomia e recursos aquáticos. Além disso, sugeriu que dentro de cada mega tema se trabalhassem os assuntos que estavam listados inicialmente, como o uso sustentável da biodiversidade etc.

André e Vicente (MRE) concordaram com a sugestão do termo bioeconomia azul e dos recursos aquáticos para incluir também a grande escala e atrair o máximo de pessoas para o diálogo.

Thaissa Sousa (BNDES) perguntou se o tema transferência de tecnologia estaria dentro de ecossistema de inovação e empreendedorismo.

Andre Correa do Lago esclareceu que nas convenções o contexto é atrelado às tecnologias, mas no G20 o contexto é diferente e todos os países possuem contribuições a fazer. E perguntou como o Brasil deveria se colocar dentro de um grupo tão anômalo, com países bem diferentes e poderosos?

César Santos (Ministério da Pesca e Aquicultura) sugeriu retirar o “azul” e ficar apenas com bioeconomia e recursos aquáticos.

Bruno (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) ponderou que a bioeconomia azul é um termo já reconhecido.

César Santos (Ministério de Pesca e Aquicultura) sugeriu o termo bioeconomia marinha e de águas continentais.

Vicente Araújo informou que ainda iriam refinar a escrita e passariam a todos o resultado para que pudessem avaliar e verificar se os temas estão satisfatórios.

Ao final da construção, as reuniões estavam com a seguinte configuração:

Brasília, DF 7 a 9 de maio de 2024	Manaus, AM 17 a 19 de junho de 2024	Rio de Janeiro 9 a 10 de setembro de 2024
<ul style="list-style-type: none">• Bioenergia, biocombustíveis, biomaturação e biorrefinarias.• Sistemas agroalimentares e agricultura.• Saúde e bem-estar.• Tecnologias convergentes (nano, bio e Tecnologia da Informação e da Comunicação - TICs) e Bioeconomia.• Inovações a partir do conhecimento tradicional associado.	<ul style="list-style-type: none">• Recursos aquáticos e bioeconomia [azul].• Recuperação produtiva.• Restauração de áreas degradadas.• Sociobioeconomia, agricultura familiar e PICTAF (Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar).• Desafios Éticos.• Serviços ecossistêmicos (faltou repartição justa e equitativa de benefícios).	<ul style="list-style-type: none">• Comércio Internacional.• Financiamento.• Gênero, juventude, equidade.• Métricas e indicadores.• Bioeconomia urbana.• Padrões sustentáveis de consumo e produção, incluindo economia circular.• Ecossistema de inovação e empreendedorismo.

4. Considerações finais e encerramento

André Correa do Lago confirmou que enviariam as informações para o e-mail de todos os presentes para que pudessem interagir antes do fechamento da programação. Agradeceu a presença e dedicação de todos e deu por encerrada a reunião.

Anexo A – Lista de Participantes

Nome	Representação
Alécio Lopes de Sousa	Coordenador de Programas e Projetos em Bioeconomia Substituto - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Amanda Rocha	Estagiária de Cooperação Multilateral - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
André Correa do Lago	Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores (MRE)
Ângelo Moreira Miranda	Equipe Relatoria
Annelise Vendramini	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Bruna De Vita Silva Santos	Diretora do Departamento de Políticas de Estímulo a Bioeconomia - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Bruno César Prosdocimi Nunes	Coordenador de Programas e Projetos em Bioeconomia - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Carina Pimenta	Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA)
Carolle Alarcon	Coalizão Brasil
César Santos	Ministério de Pesca e Aquicultura
Cintya Feitosa	Instituto Clima e Sociedade (ICs)
Cláudia Alves de Magalhães	Coordenadora Geral de Ecossistemas e Biodiversidade - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Cristina Reis	Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda (MFAZ)
Daniela Aguiar Borges	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Dione Vitor dos Santos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Frederico Machado	Instituto Clima e Sociedade (ICs)
Gabriela Savina	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Guilherme Santos Mello	Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda (MFAZ)
Henry de Novion	Diretor do Departamento do Patrimônio Genético - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Joana Marie Nunes	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
José Carlos Fonseca	IBÁ
Julia Mascarello	Ministério da Fazenda (MFAZ)
Juliana Lopes	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Karen Oliveira	TNC Brasil / Coalizão
Léa Beatriz Araújo	Equipe relatoria
Leosmar Terena	Coordenador-Geral de Promoção ao Bem Viver Indígena
Letícia Brina	Coordenadora-Geral - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Luana Maia	Nature Finance
Marcelo Furtado	Nature Finance
Márcia Barbosa	Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Marcio Verde Silva	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Marina Gouveia	Estagiária de Cooperação Multilateral - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Paulo Roberto Afonso	Coordenador-Geral de Cooperação Multilateral Substituto – CGCM - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Rafael Feltran-Barbieri	WRI Brasil
Raissa Sare	CDP América Latina
Rosângela Souza dos Santos	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Sissi Alves da Silva	Coordenadora-Geral de Bioeconomia e Economia Circular - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Susan Seehusen	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
Terezinha Aparecida Moreira	Equipe relatoria
Thaíssa Ferreira de Sousa	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Vicente Araujo	Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores (MRE)
	Casa Civil
	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
	Ministério de Minas e Energia (MME)
	Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviço (MDIC)
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Anexo B – Registros Fotográficos



Mesa de abertura



Auditório no período da manhã.



Mesa dos painéis



Apresentação do grupo de apoio ao GIB.



Foto final do período da manhã.



Mesa de diálogo do período da tarde.